

O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO ESPACIAL DO PARANÁ

CICILIAN LUIZA LÖWEN SAHR¹

RESUMO: O artigo visa identificar o papel das cidades médias nas diferentes estratégias de planejamento adotadas para o Estado do Paraná. Na parte teórica do texto é apresentada uma discussão conceitual sobre as cidades médias e também uma reflexão sobre as bases teóricas do planejamento que contempla este tipo de cidade. Na parte empírica o contexto é o Paraná, onde é analisado o papel das cidades médias, tanto no processo de consolidação da rede urbana paranaense, quanto nas políticas de desenvolvimento urbano e regional.

PALAVRAS CHAVE: cidades médias, planejamento urbano-regional, rede urbana, Paraná.

THE ROLE OF INTERMEDIATE CITIES IN THE STRATEGIES OF SPATIAL DEVELOPMENT IN PARANÁ

ABSTRACT: This article intends to identify the role of intermediate cities in different planning strategies adopted by the Government of Paraná. Its theoretical explorations refer to the discussion of concepts of intermediate cities and to reflections on the basic theoretical assumptions in relation to the planning process of these cities. Its empirical results present the context of Paraná and analyze the role of intermediate cities within this State, appointing both to the consolidation process of its urban network and to the political strategies for urban and regional development.

KEYWORDS: Intermediate cities, urban and regional planning, urban network, Paraná.

1. Introdução

O processo contínuo de urbanização verificado no Brasil no decorrer dos últimos 40 anos levou, de um lado, ao aumento do número de cidades em todas as classes de tamanho, e de outro, a uma crescente concentração populacional nas maiores cidades. O crescimento hipertrófico da população e a sobrecarga de funções urbanas em algumas cidades trouxeram consigo um grande número de problemas ecológicos, econômicos e sociais de difícil solução. Desta forma, surgiram conceitos de planejamento que viam no fomento às cidades médias uma possibilidade para a desconcentração da rede urbana. Muitas das propostas para a descentralização administrativa e do planejamento davam ênfase às cidades médias, colocando-as, sobretudo, como pólos de crescimento e/ou de desconcentração.

Este artigo visa, assim, analisar as diferentes estratégias de planejamento adotadas pelo governo estadual para o Paraná e a ligação destas com as do governo federal, tentando identificar de um lado, a base teórica que as norteou e, de outro, as transformações efetivas que estas proporcionaram na rede urbana paranaense. Partindo-se de uma discussão conceitual sobre cidades médias, caminha-se para uma reflexão sobre as bases teóricas e o papel destas cidades nas estratégias de desenvolvimento espacial. Para o contexto do Paraná

¹ Professora Doutora do Departamento de Geociências (DEGEO) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

é analisado o papel das cidades médias, tanto no processo de consolidação de sua rede urbana, quanto nas políticas de desenvolvimento urbano e regional adotadas.

2. Cidades Médias: uma discussão conceitual

O conceito cidade média é utilizado de diferentes formas nos estudos urbanos em virtude da falta de um sistema internacional de classificação das cidades. Não existe, assim, uma definição geral aceitável e/ou um consenso sobre os critérios necessários para uma delimitação deste tipo de cidade (ZINNEL 1986, p. 99s.). Na maioria das vezes, aparecem sinônimos para o conceito cidade média, como a denominação "centro médio" (JENSSSEN 1982), "centro secundário" (PRESTELE 1989), "cidade de porte médio" (OKAFOR 1985), "cidade secundária" (RONDINELLI 1983), "cidade intermediária" (ANDRADE 1982), etc.

As cidades médias são delimitadas na maior parte dos estudos do ponto de vista quantitativo, isto é, tomando como critério o seu número de habitantes. Esta definição estatística e formal de tamanho é todavia aparentemente problemática, pois a determinação de uma "cidade de porte médio" varia nitidamente de um país para o outro. Os exemplos que aparecem na literatura mostram, numa comparação internacional entre diferentes países, um amplo espectro de limites inferiores e superiores. Enquanto em uma pesquisa sobre o Chile, as cidades médias são definidas entre 20.000 e 100.000 habitantes (UNCHS 1985, p.3), os limites na República Dominicana ficam entre 15.000 e 30.000 habitantes (CRAEMER e SCHWOERER 1986, p.29). Na República do Iêmen os povoados com mais de 2.000 habitantes já são denominados cidades médias (EIGEL e KUNZMANN 1983, p.14), enquanto que as cidades no Brasil, cujo tamanho ficam entre 50.000 e 250.000 habitantes, são caracterizadas como cidades médias (RIBBECK 1985, p.16).

Também estudos mais globais são insatisfatórios com relação a esta questão. Países com diferentes níveis de disparidades e estruturas de povoamento são agrupados como Terceiro Mundo, desconsiderando-se suas realidades individuais. RONDINELLI (1982, p. 359) por exemplo, define como cidades médias de países em desenvolvimento todas as cidades abaixo da "Primate City" que apresentem um número mínimo de 100.000 habitantes. Diferente é a classificação de BORSODORF (1983, p.143) para as cidades da América Latina, que coloca - numa explícita transposição dos valores limiares da Alemanha - todas as cidades entre 20.000 e 100.000 como cidades médias. Em países que apresentam contrastes entre regiões de povoamento recente e antigo, como é o caso do Brasil, parece necessário, segundo KOHLHEPP ET AL. (1993, p.15ss.), até mesmo abandonar um valor limiar único. Enquanto estes autores delimitam, no geral, as cidades médias brasileiras entre 50.000 e 500.000 habitantes, eles descem o limite inferior nas regiões pioneiras para 30.000 habitantes.

As cidades médias, entretanto, apesar das divergências conceituais, vem merecendo destaque nas estratégias de desenvolvimento espacial, isto tanto em nível nacional quanto de Estado do Paraná. A seguir, procurou-se apreender a base teórica destas estratégias e o papel das cidades médias nestas.

3. As bases teóricas e o papel das cidades médias nas estratégias de desenvolvimento espacial

Os planos de desenvolvimento espacial para a América Latina basearam-se primeiramente, numa ampla e rápida aceitação do conceito de Pólos de Crescimento de PERROUX (1955), hoje já consagradamente um clássico, assim como na tentativa de aplicação deste para o Brasil (BOUDEVILLE 1957), para a Venezuela (FRIEDMANN 1966) e para o Chile (STÖHR 1966).

A clássica Teoria dos Pólos de Crescimento de Perroux parte do princípio de que a instalação de um novo centro ou a ampliação de um já existente através da instalação

direcionada de um complexo abrangente de atividades não básicas – em geral indústrias – leva a criação de um pólo espacial, ou seja, um ponto de adensamento de forças de desenvolvimento. Primeiramente este pólo absorve recursos da região na qual está inserido, mas numa fase posterior passa a estimular a dinâmica desta, fortalecendo a médio e longo prazo o seu próprio processo de dinamização.

Enquanto as reflexões de Perroux se basearam nos países industrializados, HIRSCHMAN (1958) faz a mesma análise teórica tendo como ponto de partida a situação dos países em desenvolvimento. Suas reflexões apontam um desenvolvimento desequilibrado, ou seja, como em virtude da falta de capital o progresso econômico não pode aparecer em todos os lugares ao mesmo tempo, o capital existente é empregado inicialmente no fomento de poucas indústrias em apenas algumas localidades (investimento pontual de capital). Como efeitos complementares surgem, entretanto, outros investimentos (privados) na região e também dentro da localidade já favorecida. De certa forma, o desenvolvimento é levado adiante através de uma corrente de desequilíbrios onde diferentes regiões e ramos são estimulados em tempos diferenciados, portanto, através de uma polarização regional consciente (MERTINS 1983, p.15).

O conceito de Pólos de Crescimento foi sendo utilizado gradativamente também como instrumento de planejamento, assumindo um caráter puramente normativo. Este conceito assumiu duas diferentes orientações para países em desenvolvimento (SCHILLING-KALETSCHEK 1976, p.86). A primeira orientação surgiu na América Latina objetivando uma descentralização industrial. A idéia era criar um contrabalanço pontual para os pólos de crescimento através de estímulos às cidades médias ao redor das metrópoles. A segunda orientação desenvolveu-se, sobretudo, para a Índia e alguns países africanos. Este conceito, partindo de questões de estrutura de povoamento, queria montar um sistema nodal com diversos níveis hierárquicos, fortalecendo as pequenas e médias cidades.

As cidades médias próximas às metrópoles podem receber diferentes atribuições no planejamento (HENNINGSEN ET AL. 1980). As cidades da área de influência imediata das metrópoles possibilitam uma desconcentração através de uma intensiva suburbanização, na qual o crescimento populacional e econômico é transferido da cidade núcleo para as cidades de seu entorno, aumentando, assim, a região metropolizada. As cidades da área de influência externa da metrópole podem, pelo contrário, serem consideradas como verdadeiros pólos de desconcentração, os quais desconcentram a região metropolitana como um todo, já que eles desviam em sua direção os fluxos de população e mercadorias.

A aceitação da redução da importância das metrópoles num processo denominado "involução metropolitana" (SANTOS 1990, p. 184) vem reforçar a importância que as cidades médias vem adquirindo. Este processo é constatado em virtude da diminuição do crescimento dos produtos internos brutos, dos níveis salariais e da piora relativa dos índices de qualidade de vida das metrópoles em relação às cidades médias que as circundam.

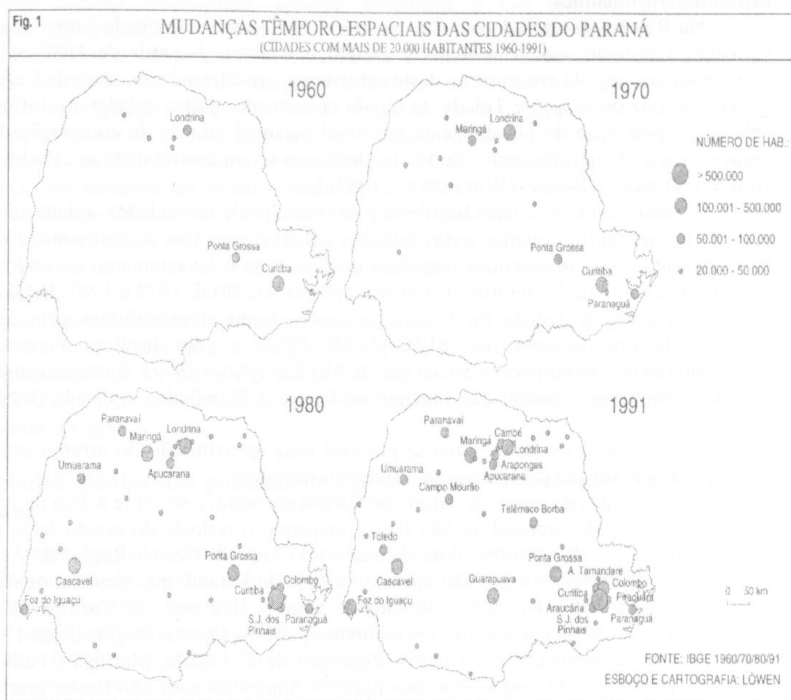
Na última década, o conceito de pólos de crescimento perdeu, entretanto, a sua força como instrumento de planejamento, ganhando espaço a idéia de potencial de desenvolvimento regional endógeno (SPITZER 1991; KOHLHEPP ET AL. 1993). A consequência da utilização deste conceito foi o abandono de uma organização do espaço niveladora, que tem por objetivo um abastecimento igual da área de planejamento como um todo. Agora o estímulo maior é para a divisão de tarefas entre as diferentes regiões, ou seja, tem-se o reconhecimento de que as aptidões regionais são diferentes e que as medidas de fomento precisam ser individualmente adaptadas. Esta nova estratégia combina os conceitos de divisão funcional do trabalho e de desenvolvimento endógeno (VOGT 1994, p.132), aceitando a disparidade regional e induzindo um tratamento desigual das regiões, bem como, uma mobilidade forçada para a circulação entre elas.

Esta mudança de tônica na base teórica dos trabalhos acadêmicos, voltados ao desenvolvimento regional, refletiu diretamente nas estratégias adotadas pelo poder público em seus programas e planos. As transformações na base teórica das diferentes estratégias de planejamento adotadas pelo governo federal e estadual para o Paraná nas últimas décadas são o foco central deste estudo. Antes de chegar-se a esta análise, torna-se necessário, entretanto, esboçar-se um panorama geral da rede urbana paranaense e de suas cidades médias.

4. As cidades médias na rede urbana paranaense

A ocupação efetiva do Estado do Paraná teve início no século XVII e sucedeu-se de Leste para Oeste. Desde os primórdios, este processo esteve ligado ao surgimento e desenvolvimento de cidades. Identificar as inter-relações e interações que estas cidades foram assumir em cada fase do povoamento é tarefa difícil, pois enquanto alguns segmentos da rede urbana passaram por diferentes fases históricas, outros são bastante recentes (CORRÊA 1989, p.78). Apesar desta dificuldade, procurou-se resgatar, a seguir, de forma condensada, o processo de consolidação da rede urbana paranaense a partir da década de sessenta, salientando a importância das cidades médias neste percurso.

A acelerada urbanização do Paraná nas últimas décadas refletiu, de um lado, na ampliação numérica das cidades, independentemente de suas classes de tamanho e, de outro, em uma tendência de concentração de população nas cidades maiores (ver Fig. 1). Este processo deu-se de forma bastante diferenciada em cada região, sugerindo a formação de subsistemas dentro da rede urbana paranaense (LÖWEN 1998, p.113 ss.).



O segmento mais antigo da rede urbana paranaense encontra-se no Litoral e na Região de Curitiba. Em 1960, existiam aí apenas duas cidades com mais de 20.000 habitantes: Paranaguá e Curitiba. Paranaguá destacava-se como cidade portuária em suas atividades de comercialização e exportação, e Curitiba vivia de suas funções político-administrativas enquanto capital do estado. Em 1970, São José dos Pinhais ultrapassa o limite de 20.000 habitantes, indicando os primeiros sinais de seu processo de conurbação com Curitiba. Desde os anos setenta assiste-se a uma "explosão" de centros urbanos ao redor da capital do estado, consolidando-se o processo de metropolização de Curitiba (MOURA ET AL. 1994).

Na Região Centro/Sul, em função da forte ligação do processo de povoamento com o desenvolvimento de atividades extensivas de criação de gado e tropeirismo, não ocorreu um adensamento de cidades (PARANÁ, 1989). Poucas cidades abastecem esta ampla região com funções centrais, destacando-se Ponta Grossa e Guarapuava. Outras cidades menores, distribuídas dispersamente, exercem uma certa centralidade, como Telêmaco Borba, Castro e Irati.

Na Região Norte/Noroeste as cidades mostram já nos anos sessenta uma distribuição relativamente regular e bastante densa. Isto em função do povoamento desta região ter ocorrido através de projetos de colonização, principalmente o da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), que já antevia a localização e a função das cidades (WACHOWICZ 1987a, LUZ 1997, TOMAZI 1999). Desta forma, temos nesta região o subsistema mais bem

estruturado da rede urbana paranaense, destacando-se o eixo Londrina-Maringá por sua extraordinária dinâmica.

Na Região Oeste/Sudoeste não havia até 1970 nenhuma cidade importante, sendo Cascavel a primeira cidade a alcançar 20.000 habitantes. A partir de 1980 observa-se, entretanto, uma rápida estruturação deste subsistema, cristalizando-se, além de Cascavel, as cidades de Foz do Iguaçu e Toledo. O rápido crescimento destas cidades foi influenciado, sobretudo, pela ação do planejamento em nível nacional através da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Na região Sudoeste, destacam-se em centralidade as cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão (WACHOWICZ 1987b).

A análise da rede urbana brasileira e da centralidade das cidades, a determinação da área de influência das cidades e das relações cidade-região tem se apresentado desde os anos sessenta como importantes temáticas de pesquisas e levantamento de dados para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ver por ex. IBGE 1972 e 1987, IBGE/REGIC 1995). Em nível de Estado do Paraná, pesquisas foram desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Planejamento (ex. SEPLAN-PR 1977) e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (ex. IPARDES 1996 e 1977). Entre os estudos mais recentes, destaca-se a publicação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA ET AL. 2000).

A partir destes estudos torna-se possível uma aproximação do arranjo estrutural e espacial da rede urbana paranaense em diferentes décadas:

a) Na década de sessenta, o norte do Paraná encontrava-se sobre a área de influência da grande metrópole nacional de São Paulo, enquanto o restante do estado fazia parte da área de influência de Curitiba, considerada como Grande Centro Regional. A área de influência de Curitiba abrangia não apenas o estado do Paraná, mas também quase todo o estado de Santa Catarina. Além do Grande Centro Regional de Curitiba, a posição hierárquica das cidades paranaenses era composta por dois Centros Regionais de 1ª. Ordem, Ponta Grossa e Londrina, e dois Centros Regionais de 2ª. Ordem, Maringá e Pato Branco. Enquanto Londrina e Maringá, com suas ligações funcionais com São Paulo, praticamente não pertenciam à rede urbana paranaense, Ponta Grossa e Pato Branco subordinavam-se a Curitiba.

b) Somente a partir da década de setenta é que se pode falar de uma rede urbana coerente para o Paraná, cuja "cabeça" encontra-se no próprio estado e para cujo arranjo estrutural e espacial não se espera nenhuma reformulação intensa. A área de influência da Metrópole Regional de Curitiba abrange agora toda a superfície do estado e parte de Santa Catarina. Paralelamente a Metrópole Regional de Curitiba, sobressai-se um segundo centro com alto grau de centralidade, Londrina, que comanda um complexo subsistema com diferentes níveis hierárquicos de cidades no norte do Paraná. Enquanto esta região cada vez mais se ramifica e expande, observa-se uma fragmentação da área de influência do Centro Regional de Ponta Grossa através do fortalecimento de Guarapuava e Cascavel. No sudoeste do Estado, desenvolve-se um pequeno subsistema em torno do Centro Regional de Pato Branco.

c) Na década de noventa mantêm-se a estrutura dos subsistemas da rede urbana paranaense, entretanto, observa-se uma diferenciação hierárquica ainda mais densa no interior destes. Quanto ao arranjo espacial, enquanto no oeste e sudoeste mantêm-se o processo de adensamento, no norte as transformações tornam-se mais lentas. Já as cidades do centro-sul, como Ponta Grossa e Guarapuava, mostram uma perda de polarização em virtude da crescente centralidade de Curitiba.

Um panorama atual da rede urbana paranaense é delineado por MOURA e KLEINKE (1999). Estas autoras identificaram diferentes escalas na rede urbana paranaense. A *aglomeração metropolitana* de Curitiba, que compreende 20 municípios, mostra o extravasamento deste pólo sobre as áreas vizinhas. Ponta Grossa, considerada como

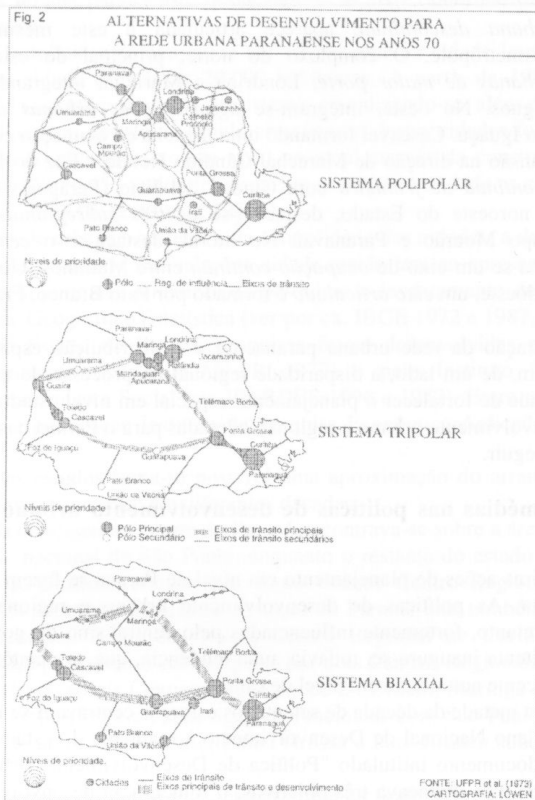
aglomeração urbana descontinua, aparece articulada a este mesmo processo de periferização da metrópole. O complexo do norte, principal do estado, articula as *aglomerações urbanas de maior porte*, Londrina e Maringá, integrando uma série de municípios contíguos. No oeste, integram-se *aglomerações urbanas de menor porte*, Cascavel e Foz do Iguaçu. Cascavel formando uma mancha de ocupação contígua a Toledo e vetores de expansão na direção de Marechal Cândido Rondon. Foz do Iguaçu formando uma *ocupação contínua de fronteira* com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina). No noroeste do Estado, destacam-se *centros subregionais* isolados como Umuarama, Campo Mourão e Paranavaí. No litoral, destaca-se o *centro regional* de Paranaguá e forma-se um eixo de *ocupação contínua* entre Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná. No sudoeste, um *eixo articulado* é formado por Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos.

A configuração da rede urbana paranaense e a distribuição espacial das cidades médias evidenciam, de um lado, a disparidade regional no processo de urbanização, e de outro, a necessidade de fortalecer o planejamento espacial em nível estadual. As diferentes políticas de desenvolvimento urbano e regional, adotadas para o Paraná nas últimas décadas são analisadas a seguir.

5. As cidades médias nas políticas de desenvolvimento urbano e regional do Paraná

As primeiras ações de planejamento em nível de Paraná se fazem sentir apenas na década de setenta. As políticas de desenvolvimento urbano e regional apresentam-se inicialmente, entretanto, fortemente influenciadas pelo centralismo do governo federal. A partir dos anos oitenta inaugura-se, todavia, uma tendência, que se mantém até os dias de hoje, de uma crescente autonomia em nível de estado.

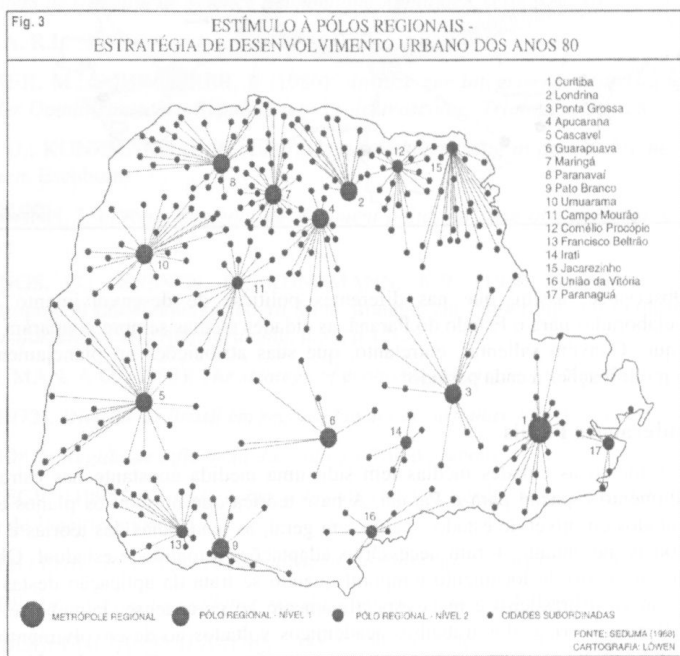
Na primeira metade da década de setenta, os esforços centravam-se na adaptação das diretrizes do I. Plano Nacional de Desenvolvimento à realidade do estado, para tanto, foi apresentado um documento intitulado "Política de Desenvolvimento Urbano" (UFPR ET AL. 1973). Esta política delineava três objetivos: o fomento ao desenvolvimento urbano e econômico do estado, a redução das disparidades regionais e a melhoria da qualidade de vida urbana. Três diferentes alternativas de desenvolvimento para a rede urbana paranaense foram traçadas (ver Fig. 2): a) o sistema polipolar, que procurava fortalecer as cidades com maior centralidade do estado e equilibrar as disparidades das ofertas de mercadorias e serviços destas com a demanda de suas regiões de influência; b) o sistema tripolar, que previa a criação de três pólos industriais dinâmicos, ligados entre si; e c) o sistema biaxial, que previa o fortalecimento das cidades localizadas sob dois eixos, o primeiro ligado ao "corredor de exportação" do café, e o segundo ligado ao da soja.



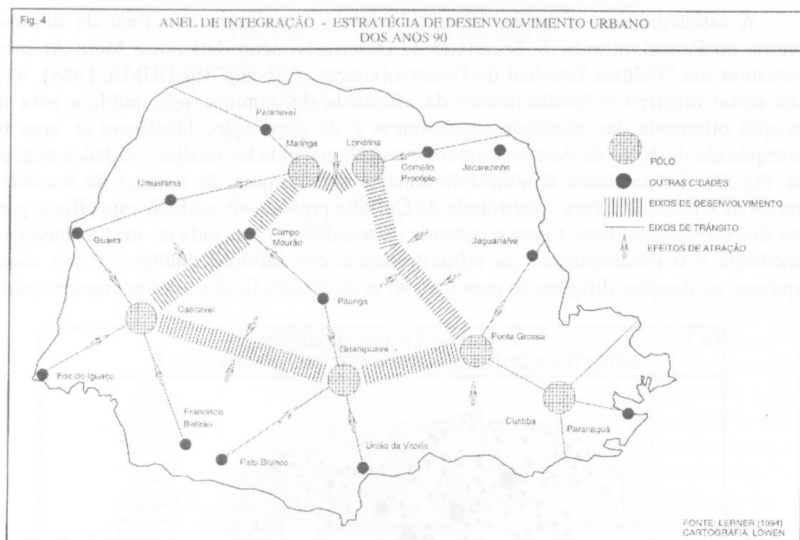
Visando estabelecer uma rede urbana coerente no Paraná, a estratégia adotada pelo governo do estado foi a de concentração de todas as forças de desenvolvimento em três pólos, formados predominantemente por cidades médias: no leste, Curitiba-Ponta Grossa; no norte, Londrina-Maringá; e no oeste, Cascavel-Toledo. Tal estratégia baseava-se na - já considerada como clássica - Teoria dos Pólos de Crescimento de Perroux. Com a escolha desta alternativa, torna-se claro a opção do estado de buscar o crescimento econômico através do setor secundário.

Em função da demasiada concentração econômica e populacional desencadeada ao redor da Metrópole de Curitiba foram necessárias, entretanto, modificações no planejamento adotado. Na segunda metade da década, foi apresentado pela Secretaria Estadual de Planejamento o "Programa Paranaense para as Cidades de Porte Médio" (SEPLAN-PR 1977), o qual atendia as estratégias do 2. Plano Nacional de Desenvolvimento e do Programa Cidades de Porte Médio do governo federal. Enquanto algumas cidades médias seriam fomentadas como pólos de dinamização para as suas respectivas regiões, outras deveriam - numa aproximação com a teoria de descentralização de metrópoles desenvolvida por Hennings, Jenssen e Kunzmann - desempenhar a função de pólos de desconcentração para Curitiba.

A estratégia dos anos oitenta foi novamente uma outra. No final da década, o governo do Paraná, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, apresentou sua "Política Estadual de Desenvolvimento Urbano" (SEDUMA 1988), a qual tinha como objetivo o fortalecimento da eficiência da administração pública para uma alocação otimizada das atividades econômicas e da população. Idealizava-se uma rede hierarquizada de pólos de desenvolvimento: metrópole, cidades médias e cidades pequenas (ver Fig. 3). Tal estrutura lembrava fortemente a hierarquia do sistema de localidades centrais de Christaller. Para a metrópole de Curitiba previam-se medidas específicas para o setor dos serviços públicos e para o controle do uso do solo; nas cidades médias buscava-se a melhoria e o fortalecimento da infraestrutura e dos serviços públicos; e nas cidades pequenas, as atenções dirigiam-se para o apoio as atividades ligadas ao setor agropecuário.



Nos anos noventa, o governo estadual delineou uma estratégia de organização do espaço baseada em uma nova estrutura organizacional para o Paraná, esta estrutura foi denominada de "Anel de Integração" (ver Fig. 4). Aliada a ela estava também o conceito de "idéia-força" para cada região. Desta forma, passaram a ganhar importância no cenário do planejamento estadual as idéias de desenvolvimento sustentável e de potencial de desenvolvimento endógeno (LERNER 1994 e SEPL 1997). A estratégia adotada aceitou, desta forma, as disparidades regionais, direcionando-se para uma ação desigual no espaço e para uma mobilidade forçada. Na ligação entre as regiões, novo papel foi atribuído às principais cidades médias - Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava - que passam a compor um polígono de desenvolvimento e de integração do estado.



Observa-se, assim, que nas diferentes políticas de desenvolvimento urbano e regional elaboradas para o Estado do Paraná, as cidades médias sempre ocuparam um papel de destaque. Convém salientar, entretanto, que suas atribuições no planejamento foram sofrendo modificações a cada período.

5. Considerações Finais

O fomento às cidades médias tem sido uma medida constante nas estratégias de desenvolvimento espacial para o Paraná. A base teórica que norteou os planos e projetos implementados em nível de estado, seguiu, em geral, as tendências das teorias e conceitos internacionais, no entanto, foram necessárias adaptações à realidade estadual. Observa-se, entretanto, um certo deslocamento temporal quando se trata da aplicação destas teorias e conceitos ao caso brasileiro e mais especificamente ao paranaense. Percebe-se, também, que as reflexões teóricas dos trabalhos acadêmicos voltados ao desenvolvimento regional acabam tendo, direta ou indiretamente, uma repercussão nas estratégias adotadas pelo poder público.

O percurso tomado pelo planejamento em nível de estado, demonstrou um empenho constante na busca por uma maior autonomia, que parece ter atingido seu ponto alto na década de noventa. Estabelecer, no entanto, até que ponto o planejamento provocou transformações efetivas na rede urbana paranaense é tarefa difícil, pois se trata de isolar uma única variável em meio a muitas outras. Apesar desta dificuldade, torna-se necessário canalizar os esforços de estudos futuros no sentido de poder se trazer uma resposta a esta questão tão debatida, ou seja, em que medida o planejamento deixa o papel e interfere na realidade.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, T.A. (1982): Decentralization from large to small and intermediate cities : A critical view. In: MATHUR, O.P. (Org.): *Small cities and national development*. Nagoya. p.235-251.
- BORSODORF, A. (1983): Probleme und Chancen lateinamerikanischer Mittelstädte. In: BORSODORF, A. (Org.): *Stadtprobleme in der Dritten Welt: Möglichkeiten zur Verbesserung der Lebensbedingungen I 2*. Tübinger Gespräch zu Entwicklungsfragen. Stuttgart. p.143-153. (Materialien zum Internationalen Kulturaustausch 18).
- BOUDEVILLE, J.R. (1957): Contribution à l'étude des pôles de croissance brésiliens. *Cahiers de l'Institut de Science Économique Appliquée*, série F, n. 10.
- CORRÊA, R.L. (1989): *A rede urbana*. São Paulo : Ática.
- CRAEMER, M.; SCHWOERER, I. (1986): *Ansätze zur integrierten Mittelförderung in der Dominikanischen Republik: ein Projektvorschlag*. Trialog, n. 9, p.28-30.
- EIGEL, U.; KUNZMANN, K.R. (1983): *Mittelförderung in der Arabischen Republik Jemen*. Eschborn.
- FRIEDMANN, J. (1966): *Regional development policy: A case of Venezuela*. Cambridge, Mass.
- HENNINGS, G.; JENSSEN, B.; KUNZMANN, K.R. (1980): Dezentralisierung von Metropole in Entwicklungsländern. Eine Strategie zur Förderung von Entlastungsstellen. *Raumforschung und Raumordnung*, n.38, p.12-26.
- HIRSCHMAN, A.O. (1958): *The strategy of economic development*. New Haven, London.
- IBGE (1972): *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro.
- IBGE (1987): *Região de influência das cidades*. Rio de Janeiro.
- IBGE/REGIC (1995): *Considerações sobre as redes geográficas pesquisadas pelo IBGE*. Rio de Janeiro (apostila).
- IPARDES (1976): *Projeto de regionalização administrativa*. Curitiba (volumes I e II).
- IPARDES (1977): *Hierarquia funcional dos centros urbanos paranaenses*. Curitiba.
- IPEA; IBGE; UNICAMP; IPARDES (2000): *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul*. Brasília : IPEA. (volume 6).
- JENSSEN, B. (1982): Abbau räumlicher Unterschiede in Algerien durch Förderung von Mittelzentren. In: JENSSEN, B. e KUNZMANN, K.R. (Org.): *Aspekte der Raumplanung in Entwicklungsländern. Dortmunder Beitrag zur Raumplanung*, n.13, p.187-205.
- KOHLHEPP, G. SAHR, W.D.; KAISER, W. (1993): *Die Mittelstädte Brasiliens und ihre Bedeutung für die Regionalentwicklung*. Tübingen (Relatório de pesquisa).
- LERNER, J. (1994): *Diretrizes básicas da proposta de governo*. Curitiba.
- LÖWEN, C.L. (1998): Der Zusammenhang von Stadtentwicklung und zentralörtlicher Verflechtung der brasilianischen Stadt Ponta Grossa/Paraná: Eine Untersuchung zur Rolle von Mittelstädten in der Nähe einer Metropolitanregion. *Tübinger*

- Geographische Studien*, Tübingen, v. 120 (=Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerika-Forschung, Tübingen, v. 16).
- LUZ, F. (1997): A Companhia de Terras Norte do Paraná. In: LUZ, F. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Maringá : Prefeitura. p.27-59.
- MERTINS, G. (1983): Die Rolle der mittleren Städte in der lateinamerikanischen Regionalplanung. *Zeitschrift für Lateinamerika*, n.24, p.14-20.
- MOURA, R.; ULTRAMARI, C.; CARDOSO, N.A. (1994): RMC: O Censo confirma metropolização. In: ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (Org.): *Metrópole – Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba : IPARDES, p.23-31.
- MOURA, R.; KLEINKE, M.L.U. (1999): Espacialidades de concentração na rede urbana da região sul. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.95, p.3-25.
- OKAFOR, F.C. (1985): The functional role of medium-size towns in regional development: The case of South-Eastern Nigeria. *Third World Planning Review*, n.7, v.2, p.143-159.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural (1989): *Tropeirismo: um modo de vida*. Curitiba.
- PERROUX, F. (1955): Note sur la notion de "pôle de croissance". *Économie Appliquée*, n.1, v.2, p.307-320.
- PRESTEL, H.H. (1989): Das Potential der Städte nutzen – Urbanisierung und Sekundärzentren. *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie*, n.33, v.3, p.232-237.
- RIBBECK, E. (1985): *Planung und Planungsförderung in brasilianischen Mittelstädten*: Analysen und Konzepte zum Problem einer angepaßten Planung in strukturschwachen Mittelstädten. Karlsruhe (Tese de Doutorado).
- RONDINELLI, D.A. (1982): Intermediate cities in developing countries: a comparative analysis of their demographic, social and economic characteristics. *Third World Planning Review*, n.4, v.4, p.357-386.
- RONDINELLI (1983): Dynamics of growth of secondary cities in developing countries. *Geographical Review*, n.73, v.1, p.42-57.
- SANTOS, M. (1990): A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Org.): *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo. p.183-191.
- SEDUMA (1988): *Programa estadual de desenvolvimento urbano*. Curitiba.
- SEPL (1997): *Programas e projetos do governo do Paraná : guia de acesso aos municípios*. Curitiba.
- SEPLAN-PR (1977): *Programa paranaense para as cidades de porte médio*. Curitiba.
- SCHILLING-KALETSCHEK, I. (1976): *Wachstumspole und Wachstumszentren*. Untersuchungen zu einer Theorie sektoral und regional polarisierter Entwicklung. Hamburg. (=Arbeitsberichte und Ergebnisse zur Wirtschafts- und Sozialgeographischen Regionalforschung, n.1).
- SPITZER, H. (1991): *Raumnutzungslehre*. Stuttgart.
- STÖHR, W. (1966): Geographische Aspekte der Planung in Entwicklungsländern. Die Südamerikanische Problematik und das Beispiel Chiles. *Wiener Geographische Schriften*, n.24, v.29, p.377-393.

- TOMAZI, N.D. (1999): Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do Estado do Paraná. In: *Maringá e o norte do Paraná: Estudos de história regional*. Maringá: EDUEM.
- UFPR et al. (1973): *PDU – Política de desenvolvimento urbano para o estado do Paraná*. Curitiba (Sinopse).
- UNITED NATIONS CENTER FOR HUMAN SETTLEMENTS (1985): *The role of small and intermediate settlements in national development*. Nairobi.
- VOGT, J. (1994): *Kurswissen Raumstruktur und Raumplanung*. Stuttgart : Klett.
- WACHOWICZ, R.C. (1987a): *Norte velho, norte pioneiro*. Curitiba : Vicentina.
- WACHOWICZ, R.C. (1987b): *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba : Vicentina.
- ZINNEL, J. (1986): Der Beitrag der Klein- und Mittelstädte zur nationalen Entwicklung. In: ILLY, H.F. e SCHIMITZEK, K. (Org.): *Entwicklung durch Dezentralisierung? Studie zur Kommunal- und Regionalverwaltung in der Dritten Welt. Beiträge zur Kommunalwissenschaft*, n.24, p.93-139.